







# Jornal O DIA SP

## Vertiz Holding S.A. - CNPJ: 62.330.590/0001-78

### Relatório da Administração

**Senhores acionistas:** Apresentamos às Vossas Senhorias, a Demonstração Financeira para o período findo de 15 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balanco patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)		Demonstração do resultado		Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto		
Nota	31/12/2025	Nota	31/12/2025	Nota	31/12/2025	
<b>Ativos</b>		<b>Patrimônio líquido</b>	8			
Caixa e equivalentes de caixa	1	Capital social	20.000	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Ativo circulante	1	Reservas de capital	4.032.724	Resultado do período	(2.098.149)	
Investimento em coligada	6	Ajuste de avaliação patrimonial	(15.588)	<b>Ajustes para:</b>		
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.938.986</b>	Prejuízo acumulado	(2.098.149)	Equivalência patrimonial em coligada	6	
		<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.938.987</b>		<b>2.098.149</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>1.938.987</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.938.987</b>			
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)</b>						
	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Constituição de capital em 15 de agosto de 2025		19.995	-	-	-	19.995
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Ágio na subscrição de capital		-	7.230.000	-	-	7.230.000
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	8.d	-	-	19.179	-	19.179
Efeitos reflexo <i>hedge accounting</i> em investidas	8.d	-	-	(6.936)	-	(6.936)
Ajuste de conversão de moeda em investidas	8.d	-	-	(27.831)	-	(27.831)
Transição de capital reflexa de investidas	-	-	-	(1.877.229)	-	(1.877.229)
Transação de capital	-	-	(1.228.703)	-	-	(1.228.703)
Efeitos reflexos de ações em tesouraria de investidas	-	-	5.761	-	-	5.761
Outras reservas de capital de investidas	-	-	(97.105)	-	-	(97.105)
Resultado do período	-	-	-	(2.098.149)	-	(2.098.149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>20.000</b>	<b>4.032.724</b>	<b>(15.588)</b>	<b>(2.098.149)</b>	<b>1.938.987</b>

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Vertiz Holding S.A. (antiga Cosan Doze Participações Ltda.) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2025, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 30, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social exclusivo a titularidade de ações de emissão da Cosan S.A. ("CSAN 3"). Conforme disposição expressa de seu Estatuto Social, a Companhia não poderá exercer qualquer outra atividade, nem deter participação em outras sociedades. **2. Eventos relevantes no exercício:** **2.1. Acordo de investimento celebrado entre BTG Pactual, Perfin, holdings Agussanta e Vertiz:** Em 21 de setembro de 2025, foi celebrado acordo de investimento entre: (i) entidades administradas pelo BTG Pactual ("Classe Única BTG Pactual Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia", "Classe Única Fundo de Investimento em Participações BPAC3 - Multiestratégia Responsabilidade Limitada" e "BTG Pactual Co-Investimento Cosan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada"); (ii) Perfin ("Classe A do Perfin Rally Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada"); (iii) holdings Agussanta (Agussanta Investimentos S.A., Agussanta Participações S.A. e Queluz Holding Limited); (iv) e Vertiz Holding S.A. ("Vertiz"). Nos termos do referido acordo, foi estabelecido que a Vertiz seria o veículo de investimento destinado a deter, de forma exclusiva, participação acionária na Cosan S.A., reunindo os investidores âncora da operação de oferta pública de ações a ser iniciada em 07 de novembro de 2025. Em 10 de novembro de 2025, foi concluída a oferta pública de ações da Cosan S.A., com emissão de 2.175.000.000 de ações ordinárias, ao preço de R\$ 5,00 por ação. No âmbito dessa operação, a Agussanta Participações, em conjunto com BTG Pactual e Perfin, por meio da Vertiz, adquiriu 1.450.000.000 ações ordinárias de emissão da Cosan, correspondentes a 36,56% de seu capital social. A Vertiz é entidade controlada pela Agussanta Participações S.A., uma vez

que esta Sociedade possui 150.000.000 de ações ordinárias com direito a voto e, em contrapartida, os demais acionistas BTG Pactual e Perfin possuem 150.000.000 de ações preferenciais sem direito a voto. **3. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As presentes demonstrações financeiras referem-se ao primeiro exercício social da Companhia e, portanto, não são apresentadas informações comparativas, em conformidade com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As informações relevantes constantes das demonstrações financeiras da Companhia estão adequadamente evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de Março de 2026. **4. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: a) **Método funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) **Pronunciamentos novos ou revisados:** As novas normas contábeis e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produzem impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. Ademais, a Companhia não adotou antecipadamente quaisquer outras normas, interpretações ou alterações emitidas, mas ainda não vigentes. A seguir, apresenta-se a relação dos pronunciamentos contábeis alterados e as alterações promovidas pelo *International Accounting Standards* ("IASB"), responsável pela emissão de novas normas e revisão das existentes, bem como a respectiva avaliação da Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
Alterações introduzidas no CPC 32 - Item 4º referente à nova regra tributária Pilar Dois / IAS 12	Em decorrência da alteração do CPC 32 relativa à introdução das regras de tributação mínima global (Pilar Dois - GloBE Rules), a Companhia avaliou sua exposição potencial às novas exigências aplicáveis às jurisdições em que o Grupo possui operações no exterior, onde a legislação já se encontra promulgada e em vigor desde 1º de janeiro de 2024. Com base nas informações contábeis e fiscais mais recentes disponíveis e nas análises preliminares realizadas, a Administração não espera impactos materiais nem a constituição de obrigações relevantes relacionadas a tributos complementares (top-up tax) no exercício de 2025, sem prejuízo de eventuais revisões decorrentes de alterações regulatórias, novas interpretações ou atualizações nas bases de cálculo utilizadas. No Brasil, a adaptação às GloBE Rules ocorreu por meio da instituição do Adicional da CSLL pela Lei nº 15.079/2024 e pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelecendo tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais enquadrados nos critérios legais.	Com base em cálculos preliminares das simplificadores (safe harbours), cuja prorrogação é esperada até 2027, a Administração também não prevê impactos materiais no exercício de 2025. A Companhia continuará acompanhando a evolução normativa e eventuais orientações interpretativas, inclusive quanto às obrigações acessórias decorrentes da legislação.

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que trouxe alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1), em setembro de 2024. A partir de então foi definido o conceito de moeda conversível e a orientação acerca do tratamento de moedas não conversíveis. Nessas situações, a taxa de câmbio deve refletir as condições de mercado na data de mensuração e, quando houver múltiplas taxas, deve-se utilizar aquela que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações também reforçaram os requisitos de divulgação.	As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e à ICP 09 - Demonstrações contábeis individuais, Demonstrações separadas, Demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial	A atualização do CPC 18 trata da aplicação do método de equivalência patrimonial para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a mudança nas normas internacionais, que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Esse ajuste visa harmonizar as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem causar impactos significativos em relação à norma vigente, limitando-se a ajustes na redação e à atualização das referências normativas.	As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, pois consistem apenas em ajustes de redação e atualização das referências normativas.

Em complemento, durante o exercício foram emitidas novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, conforme descrito a seguir.

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 em convergência às normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, e introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo a definição de totais e subtotais específicos e a classificação de receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos sobre a renda e operações descontinuadas. A norma também requer a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e estabeleceu novos critérios para agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Adicionalmente, promove alterações no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a mudança do ponto de partida do fluxo de caixa operacional pelo método indireto, de lucro ou prejuízo do período para lucro ou prejuízo operacional, e a eliminação da opção de classificação de juros e dividendos. A norma entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva.	A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos da adoção do CPC 51 em suas demonstrações financeiras e divulgações, não sendo possível, até o momento, estimá-los de forma confiável.
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A norma permite que entidades qualificadas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nos demais pronunciamentos IFRS. Para qualificação, a entidade deve ser controlada, não possuir responsabilidade pública e integrar grupo cuja controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas em IFRS disponíveis ao público.	Não se espera que a adoção do IFRS 19 produza impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### A Diretoria

Contadora - Maraysa Rossi - CRC 15P295307/0-2

#### Relatório do auditor independente

As Administradores e Acionistas - **Vertiz Holding S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Vertiz Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança**

pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação em reais)	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Equivalência patrimonial em coligada	6	(2.098.149)	
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>		<b>(2.098.149)</b>	
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(2.098.149)</b>	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(2.098.149)</b>	
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>			
Resultado básico e diluído por ação preferencial - R\$		(0,0014)	
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$		(0,0125)	
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>			
Período de 15 de agosto a 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)	Nota	31/12/2025	31/12/2025
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(2.098.149)</b>	
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados</b>			
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	8.d	19.179	
Efeitos reflexos de <i>hedge accounting</i> de investidas	8.d	(6.936)	
Ajuste de conversão de moedas de investidas	8.d	(27.831)	
<b>Outros componentes do resultado abrangente do período</b>		<b>(15.588)</b>	
<b>Resultado abrangente do período</b>		<b>(2.113.737)</b>	

Pronunciamento	Descrição	Avaliação
A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma do Sistema Tributário Nacional sobre o consumo, prevendo a substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços - notadamente PIS, COFINS, ICMS e ISS - pelo imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A legislação estabelece um período de transição a partir de 2026, com coexistência entre o sistema atual e o novo modelo tributário, até sua plena implementação conforme o cronograma legal. A Companhia e sua coligada atuam, em diversos segmentos econômicos, incluindo, entre outros, energia e combustíveis, logística e transporte, mobilidade e lubrificantes, infraestrutura e ativos imobiliários, bem como atividades agrícolas e correlatas. Tais segmentos apresentam modelos operacionais, cadeias de valor e regimes de incidência tributária distintos, o que pode resultar em efeitos diferenciados no contexto da implementação do IBS e da CBS, a depender da regulamentação específica aplicável a cada atividade. Nesse contexto, os impactos decorrentes da Reforma Tributária tendem a se materializar de forma preponderante nas controladas operacionais das investidas, com potenciais reflexos indiretos nas demonstrações financeiras da Companhia, via equivalência patrimonial. A Administração estruturou frentes internas dedicadas ao acompanhamento da Reforma Tributária, abrangendo análises normativas, avaliações econômico-financeiras e adequações sistêmicas, com apoio de assessores externos especializados. Referidas análises encontram-se em andamento e consideram, entre outros fatores, a evolução da regulamentação infralegal, as interpretações das autoridades competentes e as especificidades de cada segmento de atuação da Companhia e sua coligada. Na data-base de 31 de dezembro de 2025, não há impactos da Reforma Tributária sobre o Consumo a serem reconhecidos. A Administração da coligada Cosan seguirá acompanhando a evolução da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como os desdobramentos operacionais relevantes, para avaliar oportunamente a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações adicionais.	A Administração continuará monitorando o tema para avaliar a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações futuras.	

Número de ações da investida	Ações da investidora	Participação societária	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido controladora	Patrimônio Líquido acionistas não controladores
3.965.670.932	1.450.000.000	36,56%	135.117.518	104.107.886	5.304.228	25.705.404
<b>Saldo inicial</b>	<b>Aumento de capital/Redução de capital</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>		
-	7.250.000	(2.098.149)	(3.212.865)	1.938.986		
-	7.250.000	(2.098.149)	(3.212.865)	1.938.986		

**7. Imposto de renda e contribuição social:** Política contábil: A Companhia adota a tributação com base no lucro real para fins de cálculo do imposto de renda e de contribuição social. A alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34% sobre o lucro real apurado no exercício. Neste exercício a Companhia não apurou imposto a pagar, por ter apenas apurado resultado de equivalência patrimonial, que não é sujeito à tributação para fins de imposto de renda e contribuição social. **8. Patrimônio líquido:** Política contábil: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados dentro do CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As transações envolvendo acionistas do grupo são alocadas em "Transações de Capital", como alterações na participação em controladas e pagamento baseado em

Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido controladora	Patrimônio Líquido acionistas não controladores
135.117.518	104.107.886	5.304.228	25.705.404
<b>Saldo inicial</b>	<b>Aumento de capital/Redução de capital</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>
-	7.250.000	(2.098.149)	(3.212.865)
-	7.250.000	(2.098.149)	(3.212.865)

**9. Eventos subsequentes:** **9.1. Resgate de ações preferenciais classes C e D** pelos acionistas da Vertiz: Em 30 de janeiro de 2026, os acionistas da Vertiz detentores das ações preferenciais de classes C e D realizaram o resgate integral dessas ações, totalizando 48.203.906 ações preferenciais da classe C e 8.373.629 ações preferenciais da classe D. Como contrapartida ao resgate, a Companhia entregou ações ordinárias escriturais de emissão da Cosan S.A., o que resultou na redução da participação da Companhia na investida Cosan de 36,56% para 24,19%. **9.2. Conflito coordenado entre Estados Unidos e Israel contra Irã:** Após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em fevereiro de 2026, ocorreu uma escalada de tensões geopolíticas entre os Estados Unidos e o Irã, com potencial impacto sobre os mercados globais de energia e logística. A Administração avaliou criteriosamente os riscos associados a este evento e concluiu que, até a data de autorização destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos materiais sobre: • As operações consolidadas de sua investida Cosan no Brasil e nos demais países onde atua; • A posição financeira consolidada (incluindo dívida, liquidez e exposição cambial); • Os preços de commodities relevantes para as investidas da Companhia, cujas variações observadas não impactaram de forma relevante estas demonstrações financeiras. A Companhia mantém monitoramento contínuo dos desdobramentos geopolíticos e seus efeitos sobre as cadeias globais de suprimento de energia e logística. Eventuais impactos materiais futuros serão divulgados imediatamente ao mercado.



CNPJ nº 24.921.465/0001-43

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	Controladora		Consolidado		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Capital social	Reserva	Reserva de capital	Reserva especial
<b>Circulante</b>					subscrito	de capital	de capital	de capital
Caixa e equivalentes de caixa	259.569	221.590	274.120	238.788	113.259	131.290	90.457	1.544
Caixa restrito	-	10.575	-	10.585	-	175.000	-	-
Contas a receber de clientes	39.880	20.166	50.246	37.298	-	-	-	-
Estoque	10.837	4.235	10.312	4.645	-	-	-	-
Tributos a recuperar	16.368	12.002	17.808	13.725	-	-	-	-
Outros ativos	325.854	268.568	352.486	305.041	113.259	306.290	90.457	1.544
<b>Total do ativo circulante</b>								
<b>Não circulante: Realizável a longo prazo:</b>								
Partes relacionadas	17.911	24.469	1.566	130	-	-	-	77.856
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	23.226	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	146.492	53.664	149.046	58.241	-	-	-	-
Depósitos judiciais	1.332	2.104	1.751	2.338	-	-	-	-
Outros créditos	2.188	2.106	2.366	2.390	-	-	-	-
Investimentos	34.379	98.418	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	498.899	256.875	566.871	388.351	-	-	-	-
Direito de uso de bens	552.943	339.338	634.363	465.522	-	-	-	-
Intangível	63.249	376	77.148	64.602	-	-	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>								
<b>Total do ativo</b>								
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	26.995	78.149	30.401	84.140	361.861	212.107	560.447	405.265
Receita diferida	992	1.202	1.178	1.913	(225.421)	(170.343)	(321.317)	(216.034)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.960	422	10.960	1.197	136.446	31.764	229.130	189.731
Salários e encargos sociais	23.751	17.503	25.941	22.115	(23.885)	(10.897)	(22.202)	(18.160)
Impostos e contribuições a recolher	14.541	4.257	17.690	10.544	(69.215)	(50.925)	(60.368)	(65.525)
Contas a pagar por aquisição de participação	3.756	-	3.756	-	24.707	22.496	-	-
Passivo de arrendamento	27.825	16.371	33.010	23.675	3.233	621	3.243	(669)
Outras obrigações	5.845	3.265	6.074	5.049	71.270	53.056	119.803	104.977
<b>Total do passivo circulante</b>								
<b>Não circulante: Fornecedores</b>								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	338.155	98.703	338.155	98.703	(96.268)	(65.097)	(120.361)	(92.364)
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	-	17.909	15.290	20.570	16.399
Partes relacionadas	1.927	1.050	4.889	1.361	(7.089)	3.252	20.012	28.512
Outras obrigações	20.929	8.037	20.929	17.129	8.319	5.124	(6.911)	(2.940)
Sociedade em conta de participação (SCP)	3.338	3.322	4.179	4.399	(1.016)	(1.489)	(18.121)	(20.162)
Imposto de renda e contribuição diferidos	799	-	799	-	10.735	6.613	12.150	5.358
Provisão para desmobilização de ativos	1.595	963	1.901	1.442	2.630	8.376	13.041	14.108
Passivo de arrendamento	637.873	388.966	736.952	547.952	24.707	22.496	-	-
Provisão para demandas judiciais	3.428	6.400	5.468	8.408	11.909	15.290	10.411	5.732
Provisão para perda com investimentos	762	-	-	-	0,0195	0,0621	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>								
<b>Total do passivo</b>								
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>								
<b>Lucro líquido do exercício</b>								
<b>Total de resultados abrangentes do período</b>								
<b>Atribuído a:</b> Acionistas controladores								
Acionistas não controladores								

Luís Gustavo Ferraz Antunes - Diretor Financeiro  
Vitor Gabriel Diniz de Oliveira - Contador - CRC SP-310706/O

As Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis no site de relacionamento com os investidores.  
As informações podem ser acessadas através do link:  
<https://ribluefit.com.br>

## VERALLIA BRASIL S.A.

CNPJ 60.853.942/0001-44

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de reais)					
Ativo	2025		2024		Passivo e patrimônio líquido	2025		2024	
	2025	2024	2024	2025		2024	2025	2024	
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	104.962	82.794	104.962	82.794	Fornecedores	209.263	214.482	484.966	459.653
Contas a receber	237.699	310.264	237.699	310.264	Passivos de arrendamentos	8.801	6.676	-	-
Estoque	206.253	134.233	206.253	134.233	Instrumentos financeiros derivativos	1.005	-	(112.249)	(92.764)
Tributos a recuperar	66.166	30.740	66.166	30.740	Salários, bônus e encargos sociais	32.919	33.895	27.905	25.198
Outros ativos	3.117	3.381	3.117	3.381	Corrente	21.712	39.712	48.282	81.964
Instrumentos financeiros derivativos	182	3218	182	3218	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>			<b>448.905</b>	<b>474.071</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>618.380</b>	<b>564.630</b>	<b>618.380</b>	<b>564.630</b>	<b>Resultado financeiro</b>				
					Despesas financeiras, líquidas	64.812	79.775	(117.197)	(81.390)
					<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			<b>331.708</b>	<b>392.681</b>
					Imposto de renda e contribuição social	32.801	35.378	(40.651)	(50.014)
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.022	38.957	(8.065)	(32.272)
					<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>282.993</b>	<b>310.395</b>
					Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)			209.460	209.460
					Lucro líquido por quotas do capital social no fim do exercício - R\$			1,35	1,48
					<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais)</b>				
					<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			<b>2025</b>	<b>2024</b>
					Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			331.708	392.681
					Ajustes			-	-
					Depreciação e amortização			111.179	89.122
					Depreciação de direito de uso			11.673	14.432
					Valor residual do ativo permanente baixado			86	47
					Resultado de equivalência patrimonial			(48.282)	(81.984)
					Instrumentos derivativos líquido			(2.032)	(266)
					Outras Provisões			(7.815)	(25.285)
					<b>Varição nos Ativos e Passivos</b>			<b>396.516</b>	<b>388.747</b>
					Contas a receber			72.565	(145.937)
					Estoque			(66.781)	12.119
					Impostos a recuperar			(24.484)	16.494
					Outros ativos			264	(514)
					Depósitos judiciais e recursais			(139)	(1.334)
					Fornecedores			(5.221)	(108.257)
					Salários e encargos sociais			(976)	(3.034)
					Impostos a recolher			(18.000)	22.770
					Outros passivos			(14.953)	25.026
					<b>Caixa gerado pelas operações</b>			<b>338.781</b>	<b>207.080</b>
					Imposto de renda e contribuição social pagos			(92.495)	(46.699)
					Juros pagos e recebidos			52.833	(20.928)
					<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			<b>299.118</b>	<b>139.453</b>
					Fluxos de caixa das atividades de investimentos			(106.217)	(194.985)
					Aquisições de bens de ativo imobilizado e intangível			86	47
					Venda de ativo imobilizado			(106.132)	(194.938)
					<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>				
					Fluxos de caixa das atividades de financiamento			131.682	109.501
					Captação líquida de empréstimos e financiamentos			(93.905)	-
					Pagamentos empréstimos			(6.428)	(2.138)
					Pagamentos de arrendamentos mercantil			(202.232)	(202.595)
					Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio			(170.883)	(95.232)
					<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>			<b>22.104</b>	<b>(50.717)</b>
					<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>82.794</b>	<b>233.512</b>
					<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>			<b>259.569</b>	<b>221.590</b>
					<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>			<b>342.363</b>	<b>455.102</b>
					<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos</b>			<b>82.794</b>	<b>233.512</b>

## Rumo Malha Oeste S.A.

CNPJ: 39.115.514/0001-28

### Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais (Em milhares de Reais - R\$)				Demonstrações de Resultados do Exercício (Em milhares de Reais - R\$, exceto resultado por ação)					
Ativos	31/12/2025		31/12/2024		Capital social	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Caixa e equivalentes de caixa	4.418	6.729	4.418	6.729	11.423	19.193	3.855	5.044	310.394
Títulos e valores mobiliários	751	3.864	751	3.864	-	-	-	-	(92.278)
Contas a receber de clientes	22.367	7.075	22.367	7.075	-	-	-	-	(15.520)
Estoques	43	2.460	43	2.460	-	-	-	-	(202.595)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.120	1.527	3.120	1.527	-	-	-	-	1.163.239
Outros tributos a recuperar	335	2.064	335	2.064	-	-	-	-	282.992
Adiantamento a fornecedores	29	29	29	29	-	-	-	-	(23.615)
Outros ativos	2.684	3.824	2.684	3.824	-	-	-	-	(14.146)
<b>Ativo circulante</b>	<b>33.747</b>	<b>27.572</b>	<b>33.747</b>	<b>27.572</b>	<b>688.590</b>	<b>688.590</b>	<b>101.527</b>	<b>87.381</b>	<b>410.882</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	1.417	-	1.417	-	-	-	-	-
Outros tributos a recuperar	-	3.614	-	3.614	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	43.959	40.379	43.959	40.379	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.666	1.318	1.666	1.318	-	-	-	-	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>45.625</b>	<b>46.728</b>	<b>45.625</b>	<b>46.728</b>	<b>2.930.440</b>	<b>2.568.548</b>	<b>2.975.489</b>	<b>2.677.390</b>	<b>2.603.090</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>79.372</b>	<b>74.300</b>	<b>79.372</b>	<b>74.300</b>	<b>2.930.440</b>	<b>2.568.548</b>	<b>2.975.489</b>	<b>2.677.390</b>	<b>2.603.090</b>

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	2025	2024	2025	2024	
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	21	123			
Contas a receber	4.488	3.441			
Adiantamentos	44	35			
Tributos a recuperar	60	582			
Outros ativos	48	38			
	<b>4.661</b>	<b>4.219</b>			
<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	2.970	3.235			
Partes relacionadas	29.835	30.574			
Imobilizado	41	48			
Intangível	32	40			
	<b>32.938</b>	<b>33.897</b>			
<b>Total do ativo</b>	<b>37.599</b>	<b>38.116</b>			
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	25.119	26.279			
Obrigações trabalhistas	154	224			
Obrigações tributárias	270	476			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	160	-			
Dividendos e juros sobre o capital a pagar	2.291	2.814			
Outras contas a pagar	82	77			
	<b>28.076</b>	<b>29.870</b>			
<b>Não circulante</b>					
Obrigações tributárias	419	572			
Partes relacionadas	809	804			
	<b>1.228</b>	<b>1.376</b>			
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital Social	2.102	2.102			
Reserva de lucros	6.193	4.768			
	<b>8.295</b>	<b>6.870</b>			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>37.599</b>	<b>38.116</b>			
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)					
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	2.102	420	3.032	-	5.554
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.993	3.993
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(998)	(998)
Dividendos complementares	-	-	(1.679)	-	(1.679)
Transferência para retenção de lucros	-	-	2.995	(2.995)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	2.102	420	4.348	-	6.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.901	1.901
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(476)	(476)
Transferência para retenção de lucros	-	-	1.425	(1.425)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	2.102	420	5.773	-	8.295
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b> (Valores expressos em milhares de reais)					
<b>Fluxo das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício	1.901	3.993			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	15	10			
Cientes a faturar	(158)	1.205			
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	607	-			
Juros sobre parcelamentos	112	129			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	85	-			
Imposto de renda e contribuição social corrente	585	145			
Imposto de renda e contribuição social diferido	265	(467)			
	<b>3.327</b>	<b>5.100</b>			
(Aumento) diminuição de ativos					
Contas a receber de clientes	(1.496)	185			
Adiantamentos	(9)	366			
<b>Total do fluxo de caixa</b>	<b>1.822</b>	<b>5.567</b>			
<b>Fluxo das atividades de investimento</b>					
Outros créditos			(10)	33	
Ativos fiscais			522	99	
IRPJ e CSLL compensados			(250)	(145)	
Aumento (diminuição) de passivos					
Fornecedores			(1.160)	2.904	
Obrigações trabalhistas			(71)	(62)	
Obrigações tributárias			17	218	
Outras contas a pagar			5	(3)	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			(523)	1.647	
Caixa líquido originado das atividades operacionais			352	10.341	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo intangível			-	(5)	
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos			-	(5)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de parcelamentos			-	683	
<b>Total do fluxo de caixa</b>	<b>1.822</b>	<b>5.567</b>			

Kleuber Pereira Batista - Representante - CPF: 579.\*\*\*.\*\*\*-72

Maraisa Paes Martins - Contadora - CRC: 1SP157782-O/0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

### Cast Participações S/A

CNPJ: 17.837.377/0001-00

Balancos patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	2025	2024	2025	2024	
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	6	7	14	
Contas a receber	1.641	282	20.278	15.906	
Adiantamentos	-	-	807	740	
Estoques	-	-	1.903	1.903	
Tributos a recuperar	-	-	690	670	
Outros ativos	1.231	711	626	104	
	<b>2.874</b>	<b>999</b>	<b>24.311</b>	<b>19.337</b>	
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros	292	-	292	-	
Partes relacionadas atp	20.759	28.575	19.613	27.193	
Tributos diferidos atp	-	4.766	-	4.766	
Investimentos	-	-	18	162	
Imobilizado	-	-	85	104	
Intangível	11.720	11.720	11.765	11.744	
Direito de uso	12.751	13.271	12.751	13.271	
	<b>45.522</b>	<b>58.332</b>	<b>44.506</b>	<b>57.078</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>48.396</b>	<b>59.331</b>	<b>68.817</b>	<b>76.415</b>	
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	899	1.012	12.671	10.555	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	
Obrigações trabalhistas CP	-	-	890	678	
Obrigações tributárias CP	-	-	26	667	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	128	
Passivo de arrendamento CP	8.253	6.453	8.253	6.453	
Partes relacionadas PCP	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	131	131	
Contas a pagar investimentos CP	-	-	1.578	1.578	
Outras contas a pagar CP	-	-	32	38	
	<b>9.152</b>	<b>9.069</b>	<b>22.772</b>	<b>20.122</b>	
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	
Passivo financeiro	303	-	303	-	
Partes relacionadas PLP	34.064	30.091	75.428	71.913	
Provisão para demandas judiciais	178	162	178	162	
Tributos diferidos	-	5.790	-	5.790	
Obrigações trabalhistas	-	-	-	-	
Obrigações tributárias	-	-	133	469	
Passivo de arrendamento	5.810	8.135	5.810	8.135	
Contas a pagar investimentos LP	1.703	1.703	1.703	1.703	
Passivo a descoberto	34.698	36.260	-	-	
	<b>76.754</b>	<b>82.141</b>	<b>83.555</b>	<b>88.172</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	56.591	56.591	56.591	56.591	
Reserva Legal	(82.304)	(76.337)	(82.304)	(76.337)	
Reserva de lucros (Prejuízo acumulado)	(25.713)	(19.746)	(25.713)	(19.746)	
<b>Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>(11.797)</b>	<b>(12.133)</b>	<b>(11.797)</b>	<b>(12.133)</b>	
Participação de não controladores	(37.510)	(31.879)	(37.510)	(31.879)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>48.396</b>	<b>59.331</b>	<b>68.817</b>	<b>76.415</b>	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>48.396</b>	<b>59.331</b>	<b>68.817</b>	<b>76.415</b>	
<b>Demonstração do Resultado - 31 de Dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	<b>Controladora (Não auditado)</b>	<b>Consolidado (Não auditado)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
<b>Receita operacional líquida</b>					
Custo dos serviços prestados					
<b>Lucro bruto</b>					
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	(8.854)	(9.981)	(10.294)	(11.329)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.049	10	3.081	(305)	
Resultado de equivalência patrimonial	1.216	(3.891)	-	-	
	<b>(4.589)</b>	<b>(13.862)</b>	<b>(7.213)</b>	<b>(11.634)</b>	
<b>(Prejuízo) lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>(4.589)</b>	<b>(13.862)</b>	<b>(3.835)</b>	<b>(9.451)</b>	
Receitas financeiras	1	-	22	24	
Despesas financeiras	(1.379)	(2.952)	(1.589)	(3.248)	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.378)</b>	<b>(2.952)</b>	<b>(1.567)</b>	<b>(3.224)</b>	
<b>(Prejuízo) lucro antes do IR e CS</b>	<b>(5.967)</b>	<b>(16.814)</b>	<b>(5.402)</b>	<b>(12.675)</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes	-	-	(218)	(33)	
Diferidos	-	-	-	(4.740)	
	-	-	-	<b>(218)</b>	
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(5.967)</b>	<b>(16.814)</b>	<b>(5.620)</b>	<b>(17.448)</b>	
<b>Atribuído a:</b>					
Participações de acionistas controladores	(5.967)	(16.814)	(5.967)	(16.814)	
Participações de acionistas não controladores	-	-	347	(633)	
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(5.967)</b>	<b>(16.814)</b>	<b>(5.620)</b>	<b>(17.447)</b>	
<b>Demonstrações dos Resultados Abrangentes - 31 de Dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	<b>Controladora (Não auditado)</b>	<b>Consolidado (Não auditado)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>(5.967)</b>	<b>(16.814)</b>	<b>(5.620)</b>	<b>(17.448)</b>	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(5.967)</b>	<b>(16.814)</b>	<b>(5.620)</b>	<b>(17.448)</b>	
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de Dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	<b>Capital social</b>	<b>Re-Reserva de Lucros</b>	<b>Lucros</b>	<b>Não contro- lações</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>56.591</b>	<b>(69.523)</b>	<b>(2.932)</b>	<b>(11.562)</b>	<b>(14.494)</b>
Transações com acionistas	-	-	-	62	62
Lucro líquido do exercício	-	-	(16.814)	(16.814)	(633)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(16.814)	16.814	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>56.591</b>	<b>(76.337)</b>	<b>(19.746)</b>	<b>(12.133)</b>	<b>(31.879)</b>
Transações com acionistas	-	-	-	(11)	(11)
Lucro líquido do exercício	-	-	(5.967)	(5.967)	(347)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(5.967)	5.967	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>56.591</b>	<b>(82.304)</b>	<b>(25.713)</b>	<b>(11.797)</b>	<b>(37.510)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

### Florestal Participações S.A.

CNPJ nº 19.667.035/0001-07

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria

Balanco Patrimonial				
	2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Bancos corrente	221.788,63	307.566,54	1.974.802,22	39,87
Aplicações Financeiras	153.258,15	305.899,18	10,00	10,00
Impostos a recuperar	1.481,17	1.405,38	1.974.400,00	-
<b>Não Circulante</b>	<b>28.784.997,92</b>	<b>23.414.832,25</b>	<b>27.031.904,33</b>	<b>23.722.358,92</b>
Direitos a Rec. Pés Ligadas	-	-	8.191.152,00	8.191.152,00
C/or Pessoas Ligadas	3.945.947,44	1.871.995,36	1.638.230,40	1.502.377,69
Investimentos/Controlada	24.839.050,48	21.542.836,89	17.202.521,93	14.028.829,23
<b>Total do Ativo</b>	<b>29.006.796,55</b>	<b>23.722.398,79</b>	<b>29.006.796,55</b>	<b>23.722.398,79</b>
<b>Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Legal</b>	<b>Res. Lucro a Realizar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.191.152,00	1.502.377,69	14.028.829,23	23.722.358,92
Dividendos Pagos	-	-	-	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	135.852,71	3.173.692,70	3.309.545,41
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>8.191.152,00</b>	<b>1.638.230,40</b>	<b>17.202.521,93</b>	<b>27.031.904,33</b>
<b>Notas Explicativas As Demonstrações Contábeis</b>				
1- <b>Contexto Operacional:</b> A sociedade Florestal Participações S/A está localizada em Jundiaí-SP, Rua Eduardo Tomazini, 900 Sala 22H e tem por objeto a administração de bens próprios e a participação como acionista em sociedades. Iniciou suas atividades em 06/02/2014. 2- <b>Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis:</b> As demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31/12/2025, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento às disposições complementares do CPCME e disposições da Lei nº 6.404 de 1976, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, como forma de harmonizar as práticas contábeis adotadas com as				

## Cast Participações III S.A.

CNPJ: 48.818.838/0001-13

Balancos patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)		(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	898	7.763	Fornecedores	4.147	3.777	109.388	88.723
Contas a receber	-	-	24.719	21.757	Obrigações trabalhistas	-	-	5.564	5.584
Adiantamentos	-	-	1.351	1.409	Obrigações tributárias	-	-	5.403	5.488
Tributos a recuperar	-	-	1.257	1.325	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	1.247	-
Outros ativos	1.934	2.788	772	866	Passivo de arrendamento	-	-	58	577
	<b>1.936</b>	<b>2.790</b>	<b>28.997</b>	<b>33.120</b>	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	779	781	1.514	2.187
					Contas a pagar investimentos	14.381	13.938	14.381	13.938
					Outras contas a pagar	-	-	1.711	538
						<b>19.307</b>	<b>18.496</b>	<b>139.266</b>	<b>117.035</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo					Passivo financeiro	5.915	2.283	5.916	2.283
Ativos financeiros	5.515	2.128	5.515	2.128	Partes relacionadas	89.357	71.329	23.792	13.454
Partes relacionadas	58.630	38.824	85.602	48.298	Provisão para demandas judiciais	-	-	2.043	2.043
Tributos diferidos	-	-	17.615	18.691	Obrigações tributárias	-	-	3.389	4.682
Investimentos	30.698	25.689	-	-	Passivo de arrendamento	-	-	-	99
Imobilizado	-	-	341	169		<b>95.272</b>	<b>73.612</b>	<b>35.140</b>	<b>22.561</b>
Intangível	22.310	22.310	40.762	36.126					
Direito de uso	-	-	84	698					
	<b>117.153</b>	<b>88.951</b>	<b>149.919</b>	<b>106.110</b>					
	<b>119.089</b>	<b>91.741</b>	<b>178.916</b>	<b>139.230</b>					
<b>Total do ativo</b>									

### Demonstração do Resultado - 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional, líquida	-	-	105.997	107.266
Custo dos serviços prestados	-	-	(76.325)	(87.921)
<b>Lucro bruto</b>			<b>29.672</b>	<b>19.345</b>
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(9)	(7)	(18.341)	(19.484)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	211	1.332
Resultado de equivalência patrimonial	3.740	2.920	-	-
	<b>3.731</b>	<b>3.124</b>	<b>(17.009)</b>	<b>(19.859)</b>
<b>(Prejuízo)/lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>				
Receitas financeiras	-	-	194	272
Despesas financeiras	(812)	-	(3.263)	(2.230)
<b>Resultado financeiro</b>			<b>(812)</b>	<b>(3.069)</b>
<b>(Prejuízo)/lucro antes do IR e CS</b>			<b>2.919</b>	<b>3.124</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Correntes	-	-	(2.662)	(1.000)
Diferidos	-	-	(1.075)	8.889
	-	-	<b>(3.737)</b>	<b>7.889</b>
	<b>2.919</b>	<b>3.124</b>	<b>5.857</b>	<b>5.417</b>
<b>(Prejuízo)/lucro líquido do exercício</b>				
Atribuído a:				
Participações de acionistas controladores	2.919	3.124	2.919	3.125
Participações de acionistas não controladores	-	-	2.938	2.292
	<b>2.919</b>	<b>3.124</b>	<b>5.857</b>	<b>5.417</b>

### Demonstrações dos fluxos de caixa - 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.919</b>	<b>3.124</b>	<b>5.857</b>	<b>5.417</b>
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	3.507	1.146
Baixas - ativo imobilizado e intangível	-	-	519	(1)
Cientes a faturar	-	-	(2.443)	(763)
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	3.250	-
Provisão (reversão) para demandas judiciais	-	-	-	172
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	1.275	948
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	72
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	25	51
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	2.662	1.000
Resultado de equivalência patrimonial	(3.740)	(2.920)	1.075	(8.889)
	<b>(821)</b>	<b>204</b>	<b>15.727</b>	<b>(847)</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.769)	1.600
Adiantamentos	-	-	58	254
Outros créditos	854	(943)	95	(768)
Ativos fiscais	-	-	68	1.453
Ativos financeiros	(3.387)	5.489	(3.387)	5.489
IRPJ e CSLL compensados	-	-	(1.341)	(999)
<b>(Aumento) diminuição de passivos</b>				
Fornecedores	370	(1)	20.666	38.973
Obrigações trabalhistas	-	-	(20)	143
Obrigações tributárias	-	-	198	376
Outras contas a pagar	-	-	1.173	(6.014)
Passivo financeiro	3.632	(5.887)	3.633	(5.887)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(2)	715	(673)	1.155
Contas a pagar investimentos	443	-	443	-
	<b>1.910</b>	<b>(627)</b>	<b>17.144</b>	<b>35.775</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>				
<b>Caixa de caixa das atividades de investimento</b>				
Variação de opção de compra e venda	(246)	399	(246)	399
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(227)	(110)
Aquisição de ativo de direito de uso	-	-	(334)	(26)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(7.659)	(3.919)
Dividendos a receber	(935)	(730)	-	-
Participações de Acionistas não Controladores	2.604	2.033	-	-
	<b>1.423</b>	<b>1.702</b>	<b>(8.466)</b>	<b>(3.656)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	334	26
Captação de parcelamentos	-	-	2.578	4.886
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(349)	(1.165)
Pagamento de parcelamentos	-	-	(4.154)	(12.630)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(46)	(391)
Juros pagos de parcelamentos	-	-	(1.275)	(948)
Baixas de ativo de direito de uso	-	-	(582)	-
Partes relacionadas	(1.778)	75	(26.968)	(12.014)
Dividendos pagos/distribuídos	(734)	(1.352)	(734)	(1.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(74)	(856)
<b>Caixa liq. gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(2.512)</b>	<b>(1.277)</b>	<b>(31.270)</b>	<b>(24.444)</b>
<b>Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>(6.865)</b>	<b>6.828</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-	7.763	935
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>898</b>	<b>7.763</b>
<b>Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>(6.865)</b>	<b>6.828</b>

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
	2025	2024	2025	2024
<b>(Prejuízo)/lucro líquido do exercício</b>	<b>2.919</b>	<b>3.124</b>	<b>5.857</b>	<b>5.417</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>2.919</b>	<b>3.124</b>	<b>5.857</b>	<b>5.417</b>
<b>Reservas de lucros</b>				
Capital social	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	(10.450)	(10.450)
Reserva de lucros	-	-	5.857	(4.830)
Lucros acumulados	-	-	399	359
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	3.124	2.292
Lucro líquido do exercício	-	-	3.124	2.292
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(780)	(780)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	3.124	(3.124)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.106)</b>	<b>(8.106)</b>
Transações com acionistas	-	-	-	(246)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.919	2.938
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(734)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	2.919	(2.919)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.187)</b>	<b>(5.187)</b>

	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
	2025	2024	2025	2024
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>				
Variação de opção de compra e venda	(246)	399	(246)	399
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(227)	(110)
Aquisição de ativo de direito de uso	-	-	(334)	(26)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(7.659)	(3.919)
Dividendos a receber	(935)	(730)	-	-
Participações de Acionistas não Controladores	2.604	2.033	-	-
	<b>1.423</b>	<b>1.702</b>	<b>(8.466)</b>	<b>(3.656)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	334	26
Captação de parcelamentos	-	-	2.578	4.886
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(349)	(1.165)
Pagamento de parcelamentos	-	-	(4.154)	(12.630)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(46)	(391)
Juros pagos de parcelamentos	-	-	(1.275)	(948)
Baixas de ativo de direito de uso	-	-	(582)	-
Partes relacionadas	(1.778)	75	(26.968)	(12.014)
Dividendos pagos/distribuídos	(734)	(1.352)	(734)	(1.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(74)	(856)
<b>Caixa liq. gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(2.512)</b>	<b>(1.277)</b>	<b>(31.270)</b>	<b>(24.444)</b>
<b>Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>(6.865)</b>	<b>6.828</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-	7.763	935
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>898</b>	<b>7.763</b>
<b>Aumento (diminuição) do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>(6.865)</b>	<b>6.828</b>

### Diretoria

José Calazans da Rocha - Presidente - CPF: 098.\*\*\*.6-04

Maraisa Paes Martins - Contadora - CRC: 1SP157.782-O/0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e ficam à disposição na sede da empresa.

## Cast Participações II S.A.

CNPJ: 48.818.798/0001-10

Balancos patrimoniais - 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)		(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)	(Não auditado)
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1	4	1.173	516	Fornecedores	290	-	34.081	37.694
Contas a receber	-	-	56.214	36.981	Obrigações trabalhistas	-	-	150	245
Adiantamentos	-	-	208	262	Obrigações tributárias	-	-	1.623	1,083
Tributos a recuperar	-	-	746	1,076	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	160	-
Outros ativos	2.101	2.415	174	63	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	405	615
	<b>2.102</b>	<b>2.419</b>	<b>58.515</b>	<b>38.798</b>	Contas a pagar investimentos	-	-	-	106
					Outras contas a pagar	-	-	1.645	130
						<b>290</b>	<b>-</b>	<b>38.064</b>	<b>39.873</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Ativos financeiros	5.948	3.432	5.948	3.432	Passivo financeiro	6.305	3.638	6.305	3.638
Partes relacionadas	32.815	30,469	8.430	8.615	Partes relacionadas	47.702	45.947	60.031	50.881
T									





← continuação

MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 30.486.131/0001-91

Aos Administradores e Acionistas  
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
nossa conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026  
**pwc** PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 Daniel Vinícius Fumo Contador CRC 1SP256197/O-9









\* continuação

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

**Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09**

Os diretores declaram que, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**Jaimes Bento de Almeida Junior** - Diretor Presidente **José Wilson de Souza Junior** - Diretor de Relação com Investidores

**Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09**

Os diretores declaram que, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o referente exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 16 de março de 2026

**Jaimes Bento de Almeida Junior** - Diretor Presidente **José Wilson de Souza Junior** - Diretor de Relação com Investidores

Aos Acionistas e Diretores da **Almeida Junior Shopping Centers S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Almeida Junior Shopping Centers S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Almeida Junior Shopping Centers S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos** que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Mensuração do valor justo das propriedades para investimento:** Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de propriedades para investimento, mensuradas ao seu valor justo, totalizava R\$ 867.988 mil e R\$ 4.862.430 mil do total do ativo da Controladora e do Consolidado, respectivamente, conforme mencionado na Nota 8. A metodologia e modelagem utilizadas pela Companhia para a determinação do valor justo envolveram julgamento significativo e utilizaram dados e premissas diversos, que incluem, além do desempenho atual e histórico dos contratos com locatários, projeções de receitas futuras de aluguel, condições de mercado, taxas de ocupação e taxas de desconto, dentre outras. Devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos dos ajustes ao valor justo no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, tendo em vista o elevado grau de julgamento na determinação das premissas utilizadas, consideramos como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria concluiu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação dos controles internos relacionados à mensuração dos valores justos das propriedades para investimentos; (b) o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na análise das premissas e na revisão da metodologia utilizadas pela diretoria nas projeções que suportam o valor justo das propriedades para investimento; (c) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizadas na preparação dessas projeções, incluindo taxas de crescimento, taxas de

desconto, e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, e comparando com informações externas de mercado; (d) a verificação da exatidão dos cálculos aritméticos das projeções; (e) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (f) a análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas; (g) a análise da sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do valor justo, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado; (h) a comparação do valor justo adotado pela diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil das propriedades para investimento; e (i) a avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo das propriedades para investimento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas considerados para a determinação do valor justo dessas propriedades para investimento adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a diretoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir

relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descreveremos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2026

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC-2SP034519/O-6  
**Roberto Martorelli**  
Contador CRC-RJ106103/O



## Edição Digital Certificada\*Quarta-feira, 1º de abril de 2026

## JORNAL DIÁRIO SP

## SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.

CNPJ nº 44.661.671/0001-79

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS - R\$)

Balancos patrimoniais			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	393	583
Contas a receber	5	2.510	2.439
Outros ativos	9	94	88
Partes relacionadas	12	1	-
		<b>2.998</b>	<b>3.110</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado líquido	6	1.532	2.000
Intangível líquido	7	22.836	19.065
Contas a receber	5	22	108
		<b>24.190</b>	<b>21.173</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>27.188</b>	<b>24.283</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	8	855	1.121
Salários e encargos a recolher	9	2.163	1.966
Tributos e contribuições a recolher	10	2.403	3.163
Outras contas a pagar	11	160	217
Partes relacionadas	12	36	56
		<b>5.617</b>	<b>6.522</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos e contribuições a recolher	10	4.563	5.509
Partes relacionadas	12	1.714	1.974
Dividendos a pagar	10	2.117	783
Provisão para demandas judiciais	22	23	-
		<b>8.467</b>	<b>8.266</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	13		
Capital social		31.173	31.173
Capital a integralizar		(24.939)	(24.939)
Reservas legais		1.532	2.000
Reservas de lucros		6.353	2.980
		<b>13.105</b>	<b>9.485</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>27.188</b>	<b>24.283</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstrações dos resultados</b>			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	39.193	37.079
Custos dos serviços prestados	16	(30.424)	(27.799)
<b>Lucro bruto</b>		<b>8.769</b>	<b>9.280</b>
<b>Despesas e receitas</b>			
Despesas administrativas e gerais	17	(467)	(95)
Outras receitas e (despesas)	18	12	(5)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos</b>		<b>8.314</b>	<b>9.180</b>
Receitas financeiras	19	116	58
Despesas financeiras	19	(1.058)	(1.615)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(942)</b>	<b>(1.557)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>7.372</b>	<b>7.623</b>
Imposto de renda e contribuição social	14	(2.638)	(2.600)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>4.734</b>	<b>5.023</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Cintra nº 1143 - 8º andar - bairro da Consolação, localizada no estado de São Paulo, tendo como objetivo social: "O exercício dos serviços de administração, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração comercial do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado de São Paulo, com intervenção - anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (ii) a exploração de serviços de estações de embarque e terminais aeroportuários (regulamentadas e valores calculados pela ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo) para aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. **Serviços a usuários:** São serviços oferecidos em terra para apoio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. **Serviços a usuários:** São serviços oferecidos em terra para apoio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:** A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota fiscal combinada	7,372	7,623
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b>2.506</b>	<b>2.506</b>
<b>Adições permanentes</b>		
Brindes	3	3
Adições temporárias	449	20
Provisão para Perdas de créditos considerados incobráveis	449	20
Provisão Contingências Trabalhistas	20	3
Provisão Contingências Cíveis/ Administrativas	3	3
Reversão de créditos considerados incobráveis	17	17
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.964	2.964
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(2.638)</b>	<b>(2.638)</b>
<b>Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar</b>	<b>162</b>	<b>162</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>36%</b>	<b>36%</b>

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta	39.193	37.079
Tarifas Aeroportuárias	29.553	25.814
Controle de passageiros, acesso e permanência de veículos	148	85
Serviços de apoio	368	326
Receitas comerciais/locações	14.343	15.791
Outras	44.412	42.001

Abatimentos

(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(5.218)	(4.858)
(-) Serviços cancelados	(1)	(64)
	<b>(5.219)</b>	<b>(4.922)</b>

Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	39.193	37.079

Embarque e utilização do terminal aeroportuário:

São valores cobrados dos usuários para embarque nos terminais aeroportuários (regulamentadas e valores calculados pela ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo). As receitas de embarque serão ajustadas de acordo com o indexador econômico - IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo).

Locações:

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal aeroportuário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação.

Estão previstas no contrato de Concessão e são administradas pela Companhia. **Serviços de apoio:** São serviços oferecidos em terra para apoio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. **Serviços a usuários:** São serviços oferecidos em terra para apoio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia. **CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:** A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota fiscal combinada	7,372	7,623
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b>2.506</b>	<b>2.506</b>
<b>Adições permanentes</b>		
Brindes	3	3
Adições temporárias	449	20
Provisão para Perdas de créditos considerados incobráveis	449	20
Provisão Contingências Trabalhistas	20	3
Provisão Contingências Cíveis/ Administrativas	3	3
Reversão de créditos considerados incobráveis	17	17
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.964	2.964
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(2.638)</b>	<b>(2.638)</b>
<b>Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar</b>	<b>162</b>	<b>162</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>36%</b>	<b>36%</b>

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS:

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais	(12)	(5)
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	(455)	(90)
	<b>467</b>	<b>(95)</b>

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS):

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre outras receitas (despesas) por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas	15	2
Outras despesas	(3)	(7)
	<b>12</b>	<b>(5)</b>

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	116	58
Despesas financeiras	(1.058)	(1.615)
	<b>(942)</b>	<b>(1.557)</b>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

a) **Gerenciamento do risco financeiro:** A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de risco apropriados e para monitorar riscos e aderências (para dentro ou indetramente (derivados do preço). Nível 3: informações para ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (premissas não observáveis). A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como nível 1 e 3 durante o período em análise, e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para esse mesmo período. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia referentes ao exercício remanescente do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos	393	582
Contas a receber	2.510	2.547
	<b>2.903</b>	<b>3.129</b>

Passivos

Fornecedores	855	1.121
	<b>855</b>	<b>1.121</b>

b) Hierarquia dos instrumentos financeiros:

A Companhia classifica os ativos e passivos contabilizados a valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercado ativo para ativos ou passivos identificados. Nível 2: informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para ativos ou passivos, seja diretamente (para ou indetramente (derivados do preço). Nível 3: informações para ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (premissas não observáveis). A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como nível 1 e 3 durante o período em análise, e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para esse mesmo período. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia referentes ao exercício remanescente do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos	Menos de 1	Mais de 1	Total
Aplicações financeiras	393	-	393
Contas a receber	2.510	22	2.532
	<b>2.903</b>	<b>22</b>	<b>2.925</b>

Passivos

Fornecedores	855	-	855
	<b>855</b>	<b>-</b>	<b>855</b>

Ativos

	Menos de 1	Mais de 1	Total
Aplicações financeiras	592	-	592
Contas a receber	2.439	108	2.547
	<b>3.021</b>	<b>108</b>	<b>3.129</b>

Passivos

Fornecedores	1.121	-	1.121
	<b>1.121</b>	<b>-</b>	<b>1.121</b>

c) Risco de taxa de juros:

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa. O principal risco de mercado, relacionado a taxas de juros, originado por instr. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:

	Receita Financeira		Risco		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Finanças	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.) Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável. Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. <b>d) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:										

	Receita Financeira		Risco		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Finanças	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.) Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável. Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. <b>d) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:										

	Receita Financeira		Risco		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Finanças	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.) Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável. Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. <b>d) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:										

	Receita Financeira		Risco		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Finanças	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.) Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável. Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. <b>d) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:										

	Receita Financeira		Risco		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Finanças	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.) Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável. Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. <b>d) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:										

	Receita Financeira		Risco		Cenário provável		Cenário II		Cenário III	
	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Finanças	59	44	59	44	29	59	44	59	44	29
Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.) Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável. Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. <b>d) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas										

## ...continuação **SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.**

CNPJ nº 44.661.671/0001-79

panhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. **21. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado valor variável, correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta auferida pela Concessionária a partir do 13º (décimo terceiro mês) contado da data de eficácia, conforme disposto no contrato. Os valores serão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17). **22. CONTINGÊNCIAS:** Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e cível, para quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação e 2024 não existiam contingências com prognóstico de perda provável.

	31/12/2024	Adição	31/12/2025
Cível	-	3	3
Trabalhista	-	20	20
	-	23	23

As ações em curso em 31 de dezembro de 2025, que possuem o risco de perda classificado como possível totalizam em R\$ 955 (R\$ 4.205 em 2024). Para esses casos, não foram constituídas provisões, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização. **23. COBERTURA DE SEGUROS:** A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de

responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. **24. EVENTOS SUBSEQUENTES:** Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

### Membros da Administração

**José Mario Lima de Freitas** - Diretor Presidente  
**Alexander Carqueira Silva** - Diretor Administrativo Financeiro  
**Eduardo Buzam Júnior** - Contador - CRC 1SP243887/O-3

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Aos acionistas e administradores da **SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.** São Paulo - SP. **OPINIÃO:** Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **BASE PARA OPINIÃO:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade

- CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **OUTROS ASSUNTOS: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foi por nós conduzido, cujo relatório datado em 24 de março de 2025 foi emitido sem modificação e com parágrafo de ênfase em decorrência de reapresentação espontânea dos saldos comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos

julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2026  
**Vac Auditores Independentes** - CRC 25P027296/O-2  
**Ricardo José Patine Filho** - Sócio - CRC 1SP252050/O-9  
**Ricardo Augusto de Souza** - Diretor - CRC 1SP258186/O-4





Continuação >

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Swap Instituição de Pagamento S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Swap Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa - método indireto para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Então - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 4.969 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de

uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2026.  
**PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** - CRC 25P00160/O-5  
**Ana Beatriz Mascioto da Rocha** - Contadora CRC 15P23948/O-6



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/CF9D-5857-474F-2471> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CF9D-5857-474F-2471



### Hash do Documento

34D0E54F6E03B382900358260DE881ACDA477AB7DA3197094A22AA51BF634531

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -  
39.732.792/0001-24 em 01/04/2026 00:02 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -23.6464825 Longitude: -46.5569245 Accuracy: 212

**IP:** 172.16.4.26

**AC:** AC Certisign RFB G5

